

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA – ESTABILIDADE GESTANTE

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE _____

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

A Reclamante foi contratada pela Reclamada em data ____/____/____, exercendo a função de _____.

Durante o contrato de trabalho, a Reclamante comprovou sua gravidez mediante apresentação de atestado médico em ____/____/____.

Em decorrência disso, gozou do direito à estabilidade gestante prevista no artigo 10, II, 'b' do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Ocorre que, em ____/____/____, a Reclamada procedeu à dispensa da Reclamante sem justa causa, em flagrante afronta à estabilidade garantida por lei.

Tal dispensa é nula de pleno direito, motivo pelo qual a Reclamante ajuíza a presente Reclamação Trabalhista.

II – DO DIREITO

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XVIII, assegura à gestante a estabilidade provisória no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

O artigo 10, inciso II, alínea 'b', do ADCT, reforça tal proteção, vedando a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante.

Assim, a dispensa ocorrida no período de estabilidade é considerada nula, impondo-se a reintegração ou a indenização correspondente.

Além disso, a Reclamante faz jus ao pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas desde a dispensa até o término da estabilidade.

A Súmula 244 do TST reforça o entendimento da nulidade da dispensa da gestante e a necessidade de sua reintegração.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A declaração de nulidade da dispensa da Reclamante ocorrida no período de estabilidade gestante;
2. A reintegração imediata da Reclamante ao emprego, com todas as condições anteriores;
3. Caso não seja possível a reintegração, seja a Reclamante indenizada pelos salários e demais verbas correspondentes ao período de estabilidade;
4. O pagamento dos salários, férias + 1/3, 13º salário, FGTS + multa de 40% e demais verbas trabalhistas incidentes desde a dispensa até o término da estabilidade;
5. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais;
6. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser a Reclamante pessoa pobre na acepção jurídica do termo;
7. A citação da Reclamada para responder aos termos da presente ação, sob pena de revelia e confissão;
8. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, se necessária.

IV – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ para fins fiscais e de alçada.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/ __ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-juris.com/reclamacao-trabalhista-estabilidade-gestante/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.